

A Sociedade Interamericana de Imprensa como engrenagem do terrorismo empresarial midiático

The Inter American Press Association in the Architecture of Media-Corporate
Terrorism

Alessandra DI GIORGI CHÉLEST¹

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

agchelest@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6235-5470>

Resumo

A imprensa costuma reivindicar para si o estatuto de guardiã da democracia e de mediadora imparcial do debate público. Entretanto, a análise histórica dos regimes de exceção na América Latina —e, de modo particular, nos países do Cone Sul— evidencia um papel profundamente ambíguo, quando não diretamente cúmplice, desempenhado por significativos grupos midiáticos na legitimação e sustentação de projetos autoritários. No núcleo desse complexo de relações encontra-se a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP/IAPA), fundada em 1943 sob forte impulso da política externa dos Estados Unidos, em um contexto de consolidação de sua hegemonia continental no pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Longe de atuar apenas como fórum profissional ou defensora abstrata da liberdade de imprensa, a SIP/IAPA consolidou-se como polo de articulação de interesses empresariais, políticos e ideológicos, promovendo agendas convergentes com a lógica geopolítica norte-americana e mobilizando o discurso da “liberdade de imprensa” como ferramenta de legitimação de sua atuação e de desqualificação de projetos políticos adversos aos

¹ Doutora pela PUCSP, pesquisadora do Centro de estudos da América Latina –CEHAL-PUCSP.

Alessandra DI GIORGI CHÉLEST

A Sociedade Interamericana de Imprensa como engrenagem do terrorismo empresarial midiático
Sur y Tiempo. Revista de Historia de América, Nº12, julio-diciembre 2025, pp. 30-62.

ISSN 2452-574X

DOI: 10.22370/syt.2025.12.5557



interesses de suas bases empresariais.

O conceito de terrorismo empresarial midiático emerge, assim, como ferramenta para compreender o papel ativo da mídia na naturalização do estado de exceção. Diferente de leituras que opõem imprensa e autoritarismo como polos inconciliáveis, esta pesquisa revela a simbiose entre elites midiáticas e regimes de exceção. Essa simbiose se efetivou por meio de redes coordenadas de desinformação, censura seletiva e sincronização editorial —sustentadas por agências como a CIA, a National Endowment for Democracy (NED), a Ford Foundation, a Freedom House e outras estruturas de influência ideológica do imperialismo estadunidense.

Palavras-chave: Terrorismo de Estado; SIP/IAPA; Terrorismo empresarial midiático; Ditaduras do Cone Sul; Imprensa

Abstract

The press often claims for itself the status of guardian of democracy and impartial mediator of public debate. However, the historical analysis of regimes of exception in Latin America –and, in particular, in the countries of the Southern Cone– reveals a profoundly ambiguous role, if not one of direct complicity, played by significant media conglomerates in the legitimation and support of authoritarian projects. At the core of this web of relations lies the Inter American Press Association (SIP/IAPA), founded in 1943 under the strong impulse of U.S. foreign policy, in the context of the consolidation of its continental hegemony in the post-Second World War era (1939-1945). Far from functioning merely as a professional forum or as an abstract defender of press freedom, the SIP/IAPA consolidated itself as a hub for the articulation of business, political, and ideological interests, promoting agendas convergent with U.S. geopolitical logic and mobilizing the discourse of “press freedom” as a tool for legitimizing its activities and disqualifying political projects adverse to the interests of its corporate bases.

The concept of corporate media terrorism thus emerges as a tool for understanding the active role of the press in naturalizing the state of exception. Contrary to interpretations that oppose the press and authoritarianism as irreconcilable poles,

this research reveals the symbiosis between media elites and regimes of exception. This symbiosis was achieved through coordinated networks of disinformation, selective censorship, and editorial synchronization—sustained by agencies such as the CIA, the National Endowment for Democracy (NED), the Ford Foundation, Freedom House, and other structures of ideological influence tied to U.S. imperialism.

Keywords: State Terrorism; SIP/IAPA; Corporate Media Terrorism; Southern Cone Dictatorships; Press

Introdução

Este artigo propõe uma análise crítica da atuação da Sociedade Interamericana De Imprensa SIP e de outras redes empresariais midiáticas na engrenagem do Terrorismo de Estado² praticado pelas ditaduras civis-militares o Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, entre as décadas de 1960 e 1980. A hipótese central sustenta que tais articulações operaram como dispositivos estratégicos do “terrorismo empresarial midiático” —expressão que designa a utilização sistemática dos meios de comunicação de massa por conglomerados privados em aliança orgânica com o Estado ditatorial para promover a repressão simbólica, o pânico social e a desmobilização política.

Longe de se limitarem a legitimar golpes consumados ou a sustentar ditaduras civis militares já instaladas, essas redes midiáticas desempenharam papel ativo na criação do ambiente de instabilidade e caos controlado que antecede e viabiliza os golpes bonapartistas, fabricando consensos em torno da necessidade de “ordem” e

² Neste artigo, adotamos a definição de *terrorismo de Estado* inspirada em Guillermo O'Donnell e Carlos Figueroa Ibarra. Para O'Donnell, no *Estado Burocrático-Autoritário*, “la represión no es una distorsión de la legalidad, sino una función necesaria para garantizar la exclusión política y la implementación de políticas económicas que requieren la concentración del poder y la neutralización de sectores potencialmente opositores” (*Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism*, 1973, p. 23). Já Figueroa Ibarra caracteriza o terrorismo de Estado como “la institucionalización del terror como forma de gobernabilidad, en la que el miedo es cultivado y administrado para disciplinar y someter a la sociedad” (*El recurso del miedo: Estado y terror en Guatemala*, 1991, p. 45).

“segurança”.

Tal atuação não se explica apenas por afinidade ideológica: esses conglomerados são parte da própria elite econômica e política que conduz e se beneficia do processo, articulando-se com setores empresariais, financeiros e militares na derrubada de governos contrários aos seus interesses.

Após a tomada do poder, permanecem como peças centrais na manutenção da ditadura, moldando o campo sensível, criminalizando a dissidência, silenciando lutas populares e naturalizando, como no caso das ditaduras mais recentes do Cone Sul, projetos neoliberais excludentes. Nestes casos, trata-se, assim, de uma forma de terrorismo voltada à preservação do poder oligárquico, capaz de reorganizar o horizonte perceptivo das sociedades ditatoriais para garantir a reprodução ampliada das relações de dominação em escala local e transnacional.³

O problema que orienta este estudo é compreender como a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP/IAPA) e as redes empresariais midiáticas associadas se constituíram como parte orgânica do sistema repressivo instaurado nas ditaduras civis-militares do Cone Sul, participando da formulação e da difusão de estratégias de controle social, desinformação e terror simbólico voltadas à manutenção da ordem ditatorial e à consolidação de um modelo econômico excludente.

No caso brasileiro, a atuação do *Grupo Folha*, proprietário da *Folha de S.Paulo*, é exemplar para compreender como o “terrorismo empresarial midiático” se materializa em articulação com a ditadura civil-militar. Documentos e depoimentos reunidos pelo projeto “Ditadura e Empresas” do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF/Unifesp)⁴ indicam que o jornal não apenas legitimou simbolicamente

³ No Chile, documentos desclassificados do *National Security Archive* revelam que o conglomerado El Mercurio, de Augustin Edwards, recebeu apoio financeiro e estratégico da CIA para difundir uma campanha de desestabilização contra o governo de Salvador Allende, com o objetivo de criar um clima de caos econômico e social propício ao golpe de 1973 (Disponível para consulta em: <https://nsarchive.gwu.edu>). No Brasil, o acervo da Comissão Nacional da Verdade e pesquisas do projeto “Ditadura e Empresas” documentam a colaboração de grupos como a Folha de S.Paulo na divulgação de editoriais e notícias que criminalizavam movimentos sociais e sindicalistas antes e depois do golpe de 1964, além de fornecerem apoio logístico a órgãos de repressão (Disponível para consulta em: <https://www.ditadura-empresas-dh.com>).

⁴ Projeto “Ditadura e Empresas” – Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF/Unifesp). *Folha de S.Paulo* e o regime militar. Disponível para consulta em: <https://www.ditadura-empresas-dh.com/blank-3/>.

o golpe de 1964 e a subsequente ditadura militar, mas também colaborou materialmente com o aparato repressivo. Essa colaboração incluiu o empréstimo de veículos para o DOI-Codi e a divulgação de campanhas alinhadas à ideologia de “guerra interna” e “combate à subversão”, como a iniciativa “União Contra a Violência” em 1969, que atuava como peça de ação psicológica destinada a moldar percepções sociais e criar consenso em torno do endurecimento do regime. Assim como no Chile, com o *El Mercurio*, o papel do Grupo Folha evidencia que conglomerados midiáticos não apenas narram ou justificam a violência institucional, mas são agentes ativos na sua preparação, execução e sustentação, operando como parte da própria elite que se beneficia da ordem ditatorial.

A SIP/IAPA atuou como nó continental dessa engrenagem, promovendo encontros, redigindo manuais editoriais e operando campanhas simultâneas por meio de seus jornais-membros, entre os quais se destacam *El Mercurio* no Chile, *La Nación* e *Clarín* na Argentina, *O Globo* e *Folha de S.Paulo* no Brasil, e *El País* no Uruguai. Conexões que possibilitaram a circulação internacional de discursos anticomunistas, a padronização da linguagem repressiva e a glorificação das forças armadas como agentes salvadores da ordem.

Essa padronização não se restringia à desumanização do opositor político: visava normalizar a morte e torná-la socialmente aceitável, transformando-a em um efeito natural da própria militância da vítima. Ao resgatar a figura do inimigo interno, como comunista perigoso e subversivo pois o fantasma do inimigo interno foi difundido desde o início da guerra fria. Mas, de fato, tornou-se mote da Doutrina de Segurança Nacional a qual, aí sim, ampliou o conceito de inimigo interno. As redações associadas à SIP/IAPA difundiam a ideia de que tais indivíduos mereciam desaparecer ou morrer, deslocando a culpa do ato repressivo para o próprio morto ou desaparecido. Nesse enquadramento, o assassinato ou o sequestro não eram apresentados como crimes de Estado, mas como medidas de defesa social. Essa operação simbólica não apenas aumentava a empatia da população com as ações terroristas do Estado, mas cultivava o medo como dispositivo de controle coletivo, desmobilizando a ação política e isolando a resistência.

Ao mesmo tempo, essa engrenagem de guerra psicológica esteve a serviço de

interesses econômicos concretos. Matou-se também por dinheiro. As ditaduras do Cone Sul abriram mercados, desmontaram direitos trabalhistas e privatizaram setores estratégicos em benefício de grupos empresariais nacionais e estrangeiros —muitos deles diretamente articulados com os conglomerados midiáticos que difundiam essa linguagem. Nesse sentido, o “terrorismo empresarial midiático” operou como um braço ideológico da acumulação capitalista sob regimes ditatoriais, integrando a repressão simbólica ao projeto de saque econômico que marcou a região.⁵

Esta atuação não foi pontual nem episódica, mas estrutural: os grandes conglomerados midiáticos foram parte integrante do aparato de repressão das ditaduras, não apenas ao silenciar as denúncias de violações, mas ao constituir a linguagem mesma da dominação. Financiados por fundações norte-americanas e associados a federações industriais e think tanks locais⁶ (como IPES, IBAD e CAL), esses veículos produziram campanhas de guerra psicológica, criminalizaram movimentos sociais e participaram da engenharia do consenso, como definiu O'Donnell (1990), mas com potência estética e alcance afetivo.

Ao investigar as articulações empresariais e simbólicas dos grupos midiáticos, ou seja, eles também serão tomados aqui como empresários, na sustentação das ditaduras do Cone Sul, este artigo propõe uma leitura crítica e radical da imprensa enquanto engrenagem ativa do Terrorismo de Estado. Tal análise desloca-se da visão que limita o papel da imprensa à circulação de informações e à construção de discursos, para situá-la como parte integrante de um processo mais profundo e estruturado: a lógica do *golpe estético*. Essa lógica, formulada a partir de uma

⁵ A repressão política e o terrorismo de Estado nos regimes militares do Cone Sul não se limitaram à neutralização de opositores políticos. Diversos estudos demonstram que tais práticas foram condição necessária para implementar reformas econômicas estruturais favoráveis às elites locais e ao capital internacional. Ao eliminar lideranças sindicais, camponesas e estudantis, abriu-se caminho para a privatização de setores estratégicos, a flexibilização trabalhista e a centralização de capitais. Nesse sentido, a violência institucional funcionou como mecanismo de acumulação por despossessão, na formulação de Harvey, integrando-se organicamente ao projeto neoliberal (Basualdo, E., 2006; Calveiro, 1998; Gago, 2014; Rada, 2019).

⁶ Um think tank —como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)— é uma organização voltada à produção de conhecimento, formulação de ideias e influência política. Em geral, esses institutos reúnem empresários, intelectuais, militares e políticos com o objetivo de elaborar diagnósticos, estratégias e propostas ideológicas que orientem políticas públicas, reformas econômicas ou ações de governo.

perspectiva marxista e lukacsiana, compreende que a luta política e ideológica se trava também no plano do sensível, onde se organizam as percepções, os valores e as representações coletivas que estruturam a vida cotidiana. Como afirma Lukács, “toda atividade humana se constitui a partir de uma escolha entre alternativas [...] generalizadas em complexos mediadores que vão se tornando cada vez mais sociabilizados” (Lukács, 2012: 1800). Trata, portanto, de uma dimensão voltada a cultura que é resultante da produção social, ou seja, envolve toda a atividade humana um campo estratégico, no qual a dominação de classe se reproduz ao modificar a maneira como a realidade é percebida e interpretada pela sociedade.

O *golpe estético* é entendido aqui como uma operação de classe voltada à alteração estrutural do campo sensível, reorganizando-o de modo a torná-lo funcional à ordem ditatorial. Ele atinge os complexos sociais —“totalidades concretas que se cruzam, se articulam, se combatem, etc., reciprocamente, como é o caso das instituições, das uniões de homens socialmente determinadas (classes)” (Lukács, 1981: 96)— por meio de estratégias articuladas entre Estado, empresariado e meios de comunicação. Essa articulação se materializa no uso sistemático de técnicas de guerra psicológica, propaganda e manipulação simbólica, empregadas não apenas para transmitir mensagens, mas para reconfigurar as condições de possibilidade do pensamento social. Ao intervir no que é visto, ouvido e lembrado, essas estratégias constroem novas hierarquias de significados e de legitimidade, naturalizando o terrorismo de Estado e deslegitimando qualquer alternativa política que o confronte. Nesse contexto, o terrorismo empresarial midiático se configura como dimensão constitutiva do *golpe estético*, operando não só para desinformar, mas para formar percepções sociais coerentes com os interesses da burguesia. Tal como observa Chasin, o bonapartismo —e aqui, suas formas adaptadas na América Latina— atua como “mediador de conflitos em favor da elite dominante, enquanto mantém uma fachada de neutralidade” (Chasin, 1994: 62), recorrendo a mecanismos de exceção que, no caso do *golpe estético*, se traduzem em operações simbólicas de reorganização do sensível. Ele molda o modo como os acontecimentos são enquadrados, estabelece vínculos simbólicos entre repressão e progresso, associa a violência de Estado à ideia de segurança e inscreve no imaginário coletivo uma visão hierarquizada da sociedade.

Essa formação não se dá de forma isolada ou espontânea: é produto de uma engenharia política e estética que integra manipulação simbólica e repressão política, fundindo controle cultural e controle material. Assim, o *golpe estético* não é um acessório dos golpes de Estado civis-militares, mas parte essencial da engrenagem que assegura sua eficácia, pois atua na conformação de subjetividades capazes de sustentar e reproduzir a ordem de exceção a longo prazo⁷.

O artigo adota o método histórico-dialético, orientado pelo princípio da imanência da fonte, segundo o qual o documento é analisado a partir de suas próprias determinações internas, em seu contexto histórico de produção e circulação. As fontes não são tomadas como simples registros factuais, mas como formas sociais concretas, nas quais se condensam relações de poder, disputas ideológicas e interesses materiais. A análise concentra-se em documentos oficiais e empresariais —relatórios desclassificados do Foreign Relations of the United States (FRUS), memorandos do Church Committee, arquivos da CIA FOIA, registros do Archivo del Terror (Paraguai) e relatórios das comissões da verdade de Brasil, Chile, Argentina e Uruguai.

A leitura imanente permite apreender as contradições internas das fontes, evidenciando nelas o entrelaçamento entre a ação estatal e os interesses empresariais na conformação de um discurso de “liberdade de imprensa” funcional à repressão política e à consolidação de projetos neoliberais. Cada documento é tratado como expressão de um momento do processo social total, sendo interpretado em sua dimensão política, econômica e estética, sem separá-lo das condições materiais que o produziram.

⁷ Sobre a dimensão prática e documental dessa lógica, ver o plano de “Penetração Psicológica Massiva” elaborado pelo psicólogo Hernán Tuane, descoberto no subsolo do Palácio de La Moneda e utilizado como prova no caso *Desaparecidos en Operación Colombo – Caso de los 119*. O documento detalha estratégias para associar a Unidade Popular à miséria e ao caos, simplificando o discurso (“marxismo = mentira, traição e corrupção”) e vinculando o bem-estar social à pátria e aos líderes militares, combinando símbolos nacionais e religiosos. Prevê ações coordenadas na imprensa, rádio e televisão para manipular o campo sensível e eliminar ideologias consideradas subversivas. Disponível para consulta em: <http://archivodigital.londres38.cl/index.php/chile-ayer-y-hoy>

1. A Sociedade Interamericana de Imprensa como engrenagem do terrorismo empresarial midiático

A Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) constitui-se como uma organização empresarial transnacional que reúne grandes proprietários de meios de comunicação das Américas, notadamente de perfil conservador e alinhado aos interesses estratégicos dos Estados Unidos. De acordo com a jornalista venezuelana Yaifred Ron, a SIP

É um cartel formado pelos grandes proprietários de meios de comunicação impressos do continente, que nasceu no contexto da Segunda Guerra Mundial e depois se moldou, sob o calor da Guerra Fria, para protagonizar uma história de defesa de interesses oligopólicos, de aliança com os poderes imperiais e de atentados contra a soberania dos povos latino-americanos (Ron, 2008: 57, tradução nossa).

38

Embora, em seu site oficial, a entidade se apresente como promotora da “liberdade de imprensa” e do “profissionalismo jornalístico”, emitindo relatórios periódicos sobre a situação da liberdade de expressão no continente, a sua gênese revela outra função. Conforme Steinsleger, “Se a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) fosse uma entidade realmente comprometida com a liberdade, a independência e a democracia, o edifício que em Miami abriga sua sede deveria se chamar Gregorio Selser... em vez de Jules Dubois, aquele sórdido oficial da CIA que desenhou seus princípios e sua doutrina” (Steinsleger, 2006: 1, tradução nossa).

Os antecedentes da SIP/IAP remontam à Primeira Conferência Pan-Americana (Washington, 1889),⁸ expressão do que Ron qualifica como *panamericanismo imperial*, derivado da Doutrina Monroe (1823) e orientado à consolidação de vínculos entre

⁸ A Primeira Conferência Pan-Americana (Washington, 1889) reuniu 18 países do continente com o objetivo oficial de promover cooperação política e econômica, criar mecanismos pacíficos de resolução de conflitos e estimular o comércio interamericano. Como resultado, instituiu a União Internacional das Repúblicas Americanas e um escritório comercial permanente —embriões da futura OEA. Proposta pelos EUA sob a Doutrina Monroe, foi interpretada por historiadores como uma estratégia de *pan-americanismo imperial*, visando consolidar a influência norte-americana sobre a América Latina sob o pretexto de integração hemisférica.

Washington e as oligarquias locais latino-americanas. Na Quinta Conferência Pan-Americana (Santiago do Chile, 1923) propôs-se a realização de um encontro sobre imprensa, que se concretizou em 1926, em Washington, reunindo, segundo Juan Gargurevich, “Pela primeira vez [...] tantos proprietários de jornais da América Latina” (Gargurevich, 1981:23, tradução nossa), e não jornalistas, como era a expectativa inicial.

A formalização da SIP/IAP ocorreu em 1943, durante conferência em Havana, então sob o governo de Fulgencio Batista. Ainda que tenha incluído minoritariamente publicações progressistas —como o diário cubano *Noticias de Hoy*—, a configuração da entidade mudaria radicalmente após 1947, com o início da Guerra Fria e a criação da CIA. O jornalista cubano Ernesto Vera interpreta que este contexto desembocou no chamado “golpe CIA-SIP” (Ron, 2008), consumado em 1950, quando a delegação estadunidense —formada por Tom Wallace (Departamento de Estado) e os oficiais da CIA Joshua Powers e Jules Dubois— articulou mudanças estatutárias decisivas. Conforme documento interno citado por Ron, a operação visava “trabalhar por uma nova constituição da organização original e procurar que a próxima reunião se realizasse em solo estadunidense, sob os auspícios privados das publicações dos Estados Unidos” (Ron, 2008: 58, tradução nossa).

Portanto, Joshua Powers e Jules Dubois tiveram um papel central no que muitos autores chamam de “golpe CIA-SIP” de 1950, momento-chave na transformação da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP/IAPA) de uma organização relativamente plural para uma entidade fortemente alinhada aos interesses políticos e estratégicos dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Estes personagens; Joshua Powers, funcionário da Agência Central de Inteligência (CIA) defendeu a transferência da sede e das reuniões para os EUA, abrindo caminho para o controle direto da entidade por editores norte-americanos alinhados à política externa dos EUA e Jules Dubois, indicado como oficial da CIA infiltrado como jornalista e, posteriormente, chefe da comissão de liberdade de imprensa da SIP/IAPA. Trabalhou como correspondente do *Chicago Tribune* na América Latina, usando o jornalismo como cobertura para atividades de inteligência, durante 15 anos coordenou a relação entre CIA e SIP, definindo diretrizes ideológicas e políticas da entidade. Foi Considerado o verdadeiro

“arquiteto” da nova SIP/IAPA pós-1950 (Selser, 1987).

A modificação substituiu o sistema “um país, um voto” pelo de “cada publicação, um voto”, garantindo maioria automática aos representantes norte-americanos e expulsando vozes dissidentes⁹. Como denunciou o escritor e jornalista venezuelano Miguel Otero Silva, proprietário de *El Nacional de Caracas*, o resultado foi a transformação da SIP em “uma entidade exclusivamente patronal de intercâmbio comercial, estritamente controlada pelos vendedores de papel, pelas agências de notícias e pelos corretores de anúncios que residem nos Estados Unidos. Nada mais inoportuno, nesse ambiente, do que um jornalista” (Selser, 1987: 42, tradução nossa).

O viés político-ideológico desta reconfiguração se expressou na seletividade das denúncias da entidade. Otero Silva, assinalou que em seu relatório sobre a Argentina a associação dedicava entre 80 a 90 por cento de seu conteúdo a denunciar o que seriam atropelos de Perón contra a liberdade de expressão e se fazia plácido e cúmplice ante ditaduras latino-americanas (Selser, 1987: 43), exaltando figuras como o ditador nicaraguense Anastasio Somoza e o chileno Gabriel González Videla, ao mesmo tempo que ignorava repressões no Cone Sul.

Portanto, segundo Steinsleger (2006), não houve déspota, golpe de Estado ou intervenção militar dos EUA que não recebesse apoio da SIP/IAPA, fato que pode ser constatado de acordo com os documentos a seguir. Um memorando interno da CIA confirmado por Philip Agee, ex-oficial da agência, destaca: “O apoio a *El Mercurio* é crucial para manter uma voz de oposição eficaz [...]; sem ele, o governo de Allende navegaria com muito mais facilidade” (Agee, 1977: 32).

O jornal *El Mercurio*, liderado por Agustín Edwards Eastman, foi peça-chave na campanha de desestabilização do governo de Salvador Allende (1970-1973). Após a vitória eleitoral de Allende, Edwards viajou a Washington e se reuniu com o diretor da CIA, Richard Helms, e o conselheiro de Segurança Nacional, Henry Kissinger, solicitando apoio para impedir a posse ou derrubar o novo presidente.

A partir daí, como parte da Operação FUBELT (o plano secreto da CIA para o Chile), o *El Mercurio* recebeu financiamento direto da CIA para manter campanhas

⁹ Segundo YOUSEF: En 1950, la SIP tenía un total de 778 miembros, 424 eran estadounidenses, 314 eran latinoamericanos y 22 canadienses y europeos.

sistemáticas contra o governo da Unidade Popular. As ações incluíram a publicação contínua de notícias negativas, a amplificação da crise econômica e a difusão de medo sobre uma suposta ameaça comunista.

O *El Mercurio* se consolidou como o principal veículo opositor ao governo Allende, influenciando elites, empresários e setores médios urbanos, ajudando a criar o clima político e social que legitimou o golpe militar de 11 de setembro de 1973.¹⁰ Já em terras brasileiras, de acordo com Silva (2008), a imprensa desempenhou papel determinante na conformação política que antecedeu o golpe de 1964. A chamada *Rede da Democracia* acionou como instrumento de mobilização, estruturando consensos que possibilitaram a ruptura institucional de 31 de março.

A *Rede da Democracia* foi um consórcio radiofônico criado em 1963, reunindo cerca de vinte emissoras do Rio de Janeiro e de São Paulo, entre elas a Rádio Globo e a Rádio Jornal do Brasil. Voltada a combater o governo João Goulart, difundia diariamente mensagens anticomunistas e de defesa da ordem e da democracia, articulando empresários da comunicação e setores conservadores. Tornou-se um dos principais instrumentos de propaganda que prepararam o terreno para o golpe civil-militar de 31 de março de 1964.

Ainda antes dos marcos decisivos daquele ano, já se verificava a função doutrinária da chamada grande imprensa, inscrita desde o próprio surgimento da Rede. Nesse quadro, pronunciamentos de empresários da comunicação, como Roberto Marinho, retomavam diretamente os apelos da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), cuja Comissão de Liberdade de Imprensa incitava os jornalistas do continente a se posicionarem contra o avanço comunista. A advertência da SIP/IAPA ressaltava que

¹⁰ U.S. Department of State. (2015). *Document 75: Memorandum of Conversation between Agustín Edwards, Richard Helms, and Henry Kissinger, Washington, September 15, 1970*. In *Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume XXI, Chile, 1969–1973*. Washington, DC: Government Printing Office. Disponível em

<https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp85t00757r000100010005-1>

Central Intelligence Agency. (1972, September 18). *Covert Action in Chile: 1963–1973* [Cable approving El Mercurio funding]. Langley, VA: CIA. Disponível em <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85T00757R000100010005-1.pdf>, U.S. Senate, Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities. (1975). *Covert Action in Chile, 1963–1973* (Book VII). Washington, DC: U.S. Government Printing Office. Disponível em

https://www.intelligence.senate.gov/sites/default/files/94755_ii.pdf

a postergação dessa reação apenas agravaria as dificuldades, até o ponto em que qualquer resposta se tornaria ineficaz. Segundo declarações do próprio Roberto Marinho:

Devemos atender, quanto antes, ao dramático apelo da *Sociedade Interamericana de Imprensa*, através de sua *Comissão de Liberdade de Imprensa*, que acaba de exortar os jornalistas do continente a que o defendam contra o avanço comunista. Quanto mais tarde se fizer isto –lembrou a SIP– mais difícil será o resultado e chegará o dia em que nossa reação será inútil. *O Jornal* (Marinho, 1964: 9).

Esses documentos confirmam que a SIP/IAPA operava como instância disciplinar e homogeneizadora da linguagem repressiva, em linha direta com o que definimos como ‘terrorismo empresarial midiático’. O financiamento direto da CIA, somado a orientações editoriais internalizadas pelos meios, reforça que não se tratava apenas de apoio político: era o planejamento coordenado de toda a simbologia, destinado à proteção da ordem capitalista e dos interesses oligárquicos sob o manto da liberdade de imprensa.

A atuação da SIP/IAPA como braço civil da Doutrina de Segurança Nacional foi estratégica para o êxito dos regimes militares no Cone Sul. Enquanto os aparatos repressivos atuavam diretamente sobre os corpos, a SIP/IAPA organizava o campo simbólico da dominação. Combinando os recursos da indústria cultural e o prestígio da imprensa tradicional, a entidade difundia o discurso da defesa da civilização ocidental e da ameaça vermelha, modelando as percepções públicas a partir de uma lógica de guerra psicológica que silenciava o dissenso e naturalizava o *modus operandi* militarizado. Seu papel era o de reconfigurar as sensibilidades sociais para produzir consentimento passivo diante da violência de Estado, operando assim como engrenagem fundamental do projeto repressivo e neoliberal das ditaduras latino-americanas.

A padronização discursiva promovida pela SIP/IAPA não se restringiu ao conteúdo, mas alcançou o campo da forma e da sensibilidade coletiva. Por meio da

repetição de manchetes alarmistas, da retórica securitária e da hierarquia de valores imposta à agenda pública, a entidade operou sobre os complexos sociais historicamente formados, como define Lukács, interferindo na mediação entre vivência cotidiana e consciência.

O “terrorismo empresarial midiático” não atua apenas no plano do conteúdo manipulável, mas na conformação afetiva e perceptiva da realidade social, esvaziando os conflitos, estetizando o medo e organizando o visível em favor do poder constituído. Trata-se, portanto, de um modo de ação que forma o sensível, modelando subjetividades que não apenas aceitam a repressão, mas a desejam como condição de normalidade.

2. Interesses convergentes

A imprensa atuou como vetor fundamental da repressão de classe ao legitimar o desmantelamento das organizações operárias, naturalizar a exclusão política dos setores populares e promover o modelo econômico neoliberal. A SIP/IAPA ocultou os efeitos destrutivos das reformas pró-mercado, criminalizando grevistas, movimentos sociais e qualquer resistência popular. Essas elites midiáticas funcionaram como aliadas estratégicas da burguesia local e do capital transnacional, como burgueses que são, na repressão material e simbólica da classe trabalhadora.

A crise de hegemonia vivida pela Argentina entre 1955 e 1976 é interpretada por Julio Lisandro Cañón Voirin (2018) como um processo no qual o avanço das mobilizações operárias, a radicalização sindical e a incapacidade das elites políticas em manter o consenso social colocaram em risco a continuidade da dominação de classe. Essa crise, longe de ser apenas conjuntural, representava para as elites a possibilidade real de deslocamento do poder em direção às forças populares. Diante dessa ameaça, o empresariado e o Estado recorreram à lógica do terrorismo de Estado como saída para recompor a ordem: financiaram, legitimaram e operacionalizaram a repressão sistemática contra trabalhadores, sindicatos e organizações sociais, ao mesmo tempo em que difundiram categorias como “subversão” e “terrorismo marxista” para justificar o aniquilamento. Para Cañón Voirin (2018), a violência estatal

não foi apenas uma resposta militar, mas uma estratégia política e empresarial de disciplinamento social, expressão direta da forma como a crise de hegemonia levou os grupos dominantes a assumirem abertamente práticas terroristas.

As classes dominantes argentinas não conseguiram consolidar sua hegemonia intelectual, moral e política, ou seja, não conseguiram exercer uma direção eficaz senão por meio da força material e do terror. Desde 1955, tiveram de recorrer à coerção de formas cada vez menos dissimuladas e indiretas, até chegar às medidas de polícia propriamente ditas e aos sucessivos golpes de Estado —ao recurso à repressão e ao terrorismo de Estado (Cañón, 2018: 348, tradução nossa).

No Brasil, o caso da Companhia Docas de Santos (posteriormente Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP), demonstra como o empresariado portuário colaborou diretamente com a ditadura civil-militar instaurada no Brasil em 1964 (Vieira, 2024). Sua pesquisa, assim como várias outras do mesmo teor demonstra a responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura: Aracruz, Cobrasma, CSN, Docas, Fiat, Folha de S. Paulo, Itaipu. Josapar, Paranapanema e Petrobras (CAAF, Unifesp, 2023), revela que, entre 1965 e 1985, sob a suspensão sistemática de direitos trabalhistas, o aparato jurídico e judicial foi instrumentalizado como mecanismo de coerção, legitimando demissões arbitrárias, perseguições políticas e repressão sindical, assim como violações de direitos os povos originários. Tais estudos evidenciam que o Estado de Exceção brasileiro não deve ser entendido como episódio circunstancial, mas como forma estrutural de funcionamento do Estado capitalista durante a ditadura, sustentado pela aliança entre empresários e Estado Terrorista. No entanto, tais evidências só estão vindo à tona muito recentemente, demonstrando mais uma vez como, através da produção simbólica e sensível da dominação por meio da mídia, a repressão articulava-se também no plano empresarial e jurídico, garantindo a continuidade material da violência

Na Argentina, grandes empresas multinacionais —como Acindar, Ford, Mercedes-Benz— colaboraram diretamente com as forças repressivas durante a

ditadura argentina, como evidência Victoria Basualdo (2006b), pesquisadora que analisa casos de trabalhadores desaparecidos sendo denunciados apenas parcialmente e muitas vezes insuficientemente noticiados pelos meios de comunicação. Isso demonstra que a imprensa empresarial não cumpre apenas função informativa, mas opera como parte ativa do mecanismo de poder, ao controlar o fluxo de informações e legitimar as práticas terroristas, seja através do silêncio seletivo, seja pela minimização das denúncias trabalhistas e de violência institucional.

Como é de notar não se trata de desvios nem de excessos, mas de política de classe: mídia empresarial, SIP/IAPA, frações do capital e Estado articularam-se para quebrar resistências, normalizar a repressão e viabilizar o programa neoliberal. A imprensa, enquanto empresa, não apenas relata; organiza o horizonte de aceitabilidade da violência, silencia denúncias e converte a linguagem da segurança em licença para aniquilar. À luz de Cañón (2018), Basualdo et al. (2010) e Vieira (2024), o nexos é inequívoco: interesses convergentes produziram e legitimaram o terrorismo de Estado e sua continuidade institucional. As implicações são duplas: no plano histórico, exigem memória, abertura de arquivos empresariais e da SIP/IAPA, responsabilização e reparação; no plano analítico, impõem tratar a mídia como fração do capital —isto é, como agente que integra e sustenta a engrenagem repressiva e a sua tradução estética.

45

3. Entre o sangue, o papel e a tinta do poder

Registre-se que não tivemos acesso, até o momento, a relatórios, comunicados ou documentos da SIP/IAPA referentes às décadas anteriores aos anos 2000 em acervos públicos digitais da instituição, o acesso a alguns documentos se deu de forma secundária através de acervos terceiros; essa ausência documental, no mínimo, mantém opaco o seu *modus operandi* no período ditatorial e dificulta a verificação independente. A lacuna nos arquivos virtuais da SIP/IAPA não encobre, mas antes escancara, o rastro de migalhas que outros acervos já denunciaram como expressão de seu *modus operandi* pouco transparente. Paradoxalmente, uma entidade que se proclamava guardiã da “liberdade de imprensa” mostrou-se, na prática, uma

organização patronal/empresarial voltada a assegurar privilégios de classe. O ocultamento documental em tal período soa menos como acaso e mais como estratégia calculada. Ainda assim, a ausência fala alto: não elimina, mas confirma, as evidências que reunimos até o momento, com as quais é possível desvendar as engrenagens ocultas de sua atuação.

Importante destacar a atuação da imprensa latino-americana foi sustentada e apoiada por diversas agências estadunidenses envolvidas com tink tanks locais dentre elas algumas merecem destaque.

Sustentadas por agências como a CIA, a National Endowment for Democracy (NED), a Ford Foundation, a Freedom House e outras estruturas de influência ideológica do imperialismo estadunidense. A Central Intelligence Agency (CIA) é a agência de inteligência dos Estados Unidos, criada em 1947, responsável por operações de coleta e análise de informações e por ações encobertas no exterior. Durante a Guerra Fria, esteve diretamente envolvida em operações de desestabilização política e golpes de Estado na América Latina, incluindo a Guatemala (1954), Brasil (1964) e Chile (1973). Documentos desclassificados do *National Security Archive* revelam seu papel no financiamento e apoio a grupos empresariais e midiáticos que atuaram contra governos eleitos, como no caso de Augustin Edwards e o *El Mercurio* no Chile.¹¹ A National Endowment for Democracy (NED) é uma fundação privada norte-americana criada em 1983 com financiamento do Congresso dos EUA, cuja missão declarada é promover a democracia no exterior. Estudos de William Robinson (1996) e investigações jornalísticas indicam que a NED frequentemente atua como canal de financiamento indireto para grupos opositores a governos não alinhados a Washington, em continuidade a estratégias antes conduzidas pela CIA. A Ford Foundation, fundada em 1936, é uma fundação filantrópica privada sediada nos EUA. Embora seja reconhecida por projetos nas áreas de educação, direitos humanos e desenvolvimento, pesquisas como as de Frances Stonor Saunders (1999) mostram que, durante a Guerra Fria, financiou iniciativas alinhadas à política externa norte-americana, incluindo apoio indireto a grupos anticomunistas na

¹¹ Disponível para consulta em: <https://www.cia.gov> e <https://nsarchive.gwu.edu>

América Latina por meio de programas culturais e acadêmicos¹². A Freedom House, criada em 1941, é uma ONG norte-americana dedicada à promoção da liberdade e democracia no mundo, financiada em grande parte pelo governo dos EUA. Pesquisadores como Thomas Carothers e relatórios do *Council on Hemispheric Affairs* apontam que suas avaliações anuais de liberdade política tendem a privilegiar países aliados de Washington e a aplicar critérios mais duros a governos considerados hostis aos interesses norte-americanos¹³.

No Brasil, os organismos que antecederam e sustentaram o golpe de 1964 nasceram de redes empresariais e financeiras articuladas ao capital estrangeiro. O IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) operou como máquina de propaganda anticomunista e de financiamento eleitoral conservador, sendo fechado em 1963 após denúncia e investigação da CPI do IBAD/IPES (Câmara dos Deputados, 1963). Em paralelo, o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) articulou empresários e militares, produzindo filmes, cartilhas e cursos que serviram de base ideológica para o golpe (Dreifuss, 1981).

Nesse processo, no caso da imprensa tiveram peso fundamental as famílias às quais os jornais pertenciam. A família Marinho, dona do *O Globo* e a família Frias, dona da Folha de S.Paulo, desde 1962, desempenharam papel central, apoiando a conspiração civil-militar e legitimando o golpe, enquanto documentos diplomáticos norte-americanos comprovam o alinhamento dessas elites com a política externa dos Estados Unidos (United States Department of State, 1996).

No Chile, a base civil do golpe de 1973 também emergiu de famílias empresariais tradicionais. O caso mais emblemático é o da família Edwards, proprietária do jornal *El Mercurio*, cuja influência remonta ao século XIX. Agustín Edwards Eastman, presidente da IAPA em 1968–1969, tornou-se peça-chave da conspiração contra Salvador Allende. Documentos desclassificados demonstram que Edwards se reuniu em 1970 com Nixon, Kissinger e Helms (CIA), obtendo

¹² Disponível para consulta em: <https://www.fordfoundation.org>.

¹³ Carothers, T. (1999). *Aiding democracy abroad: The learning curve*. Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace./ Council on Hemispheric Affairs. (2003). *Freedom in the Americas: A critique of Freedom House*. Washington, DC: COHA. Disponível para consulta em: <http://www.coha.org/freedom-in-the-americas-a-critique-of-freedom-house>

financiamento secreto para sustentar editorialmente a campanha de desestabilização (U.S. Senate, 1975; Central Intelligence Agency, 1971; United States Department of State, 2009). Esse núcleo empresarial-midiático se somou a blocos como a SOFOFA e o sindicato dos caminhoneiros, ambos financiados pela CIA, e ao Grupo do Ladrillo, responsável pelo programa econômico neoliberal que seria implementado pela ditadura.

Na Argentina, a preparação civil para o golpe de 1976 foi liderada por famílias midiáticas e blocos empresariais. A família Mitre-Saguier, proprietária do *La Nación*, e o grupo Clarín, sob a direção de Héctor Magnetto e da família Noble, apoiaram editorialmente a conspiração militar, beneficiando-se depois do regime em negócios como a apropriação da Papel Prensa. Paralelamente, associações como a UIA (Unión Industrial Argentina) e a APEGE (Asamblea Permanente de Entidades Gremiales Empresarias) organizaram lockouts patronais em 1975–1976, pressionando pela intervenção militar (Basualdo, V., 2006a). As conexões entre elites civis e ditadura foram registradas no informe da Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas, 1984 (CONADEP)¹⁴.

No Uruguai, a sustentação civil do golpe de 1973 e da ditadura (1973–1985) esteve vinculada a elites empresariais e jornalísticas. O jornal *El País*, da família Beltrán, alinhou-se às forças conservadoras e integrou a rede da IAPA, difundindo os discursos anticomunistas regionais. Ao mesmo tempo, a Cámara de Industrias del Uruguay (CIU) e a Cámara de Comercio apoiaram a dissolução do parlamento e a repressão aos sindicatos. Documentos do Archivo del Terror, descobertos no Paraguai, mostram como o Uruguai integrou-se à rede repressiva regional da Operação Condor¹⁵. Esses vínculos também foram detalhados no relatórios da Comisión para la Paz (Presidencia de la República Oriental del Uruguay, 2003)¹⁶ e da Comisión de la Verdad y Justicia (2019)¹⁷, que documentam o papel das elites civis na sustentação

¹⁴ Disponível em: <https://www.derechoshumanos.net/lesahumanidad/informes/argentina/informe-de-la-CONADEP-Nunca-mas.htm>

¹⁵ Disponível em:

https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB239b/index.htm?utm_source=chatgpt.com

¹⁶ Disponível em: https://sitiosdememoria.uy/recurso/1274?utm_source=chatgpt.com

¹⁷ Disponível em: <https://sitiosdememoria.uy/sites/default/files/2025-06/29/derechos-humanos-en-el-uruguay-2019.pdf>

das ditaduras civis-militares

Estas elites midiáticas do Cone Sul mantiveram participação ativa na Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP/IAPA), atuando como representantes civis dos interesses empresariais e políticos que sustentaram os golpes e ditaduras. No Brasil, Roberto Marinho (O Globo) e a família Frias (Folha de S.Paulo) figuraram como membros associados em assembleias da entidade, alinhando seus jornais às diretrizes anticomunistas discutidas na SIP/IAPA (Invernizzi, 2005). No Chile, o caso mais notório é o de Agustín Edwards Eastman, proprietário do El Mercurio, que chegou à presidência da SIP/IAPA em 1968–1969 e foi identificado em documentos do Church Committee e da CIA como elo entre a imprensa chilena, a entidade continental e a política externa dos Estados Unidos durante a conspiração contra Salvador Allende (U.S. Senate, 1975; Central Intelligence Agency, 1971)¹⁸. Na Argentina, tanto a família Mitre-Saguier (La Nación) quanto o grupo Clarín (Noble/Magnetto) mantiveram vínculos orgânicos com a SIP/IAPA, com representantes em comitês diretivos e assembleias, consolidando a legitimação midiática do golpe de 1976 (Invernizzi, 2005). No Uruguai, o El País, pertencente à família Beltrán, representava o país desde os anos 1940, e segundo a Comisión de Verdad y Justicia (2019), desempenhou papel central na sustentação ideológica da ditadura ao ecoar a retórica continental de defesa da “liberdade de imprensa” promovida pela SIP/IAPA. Em todos esses casos, fica evidente que a SIP/IAPA funcionou como um cartel ideológico transnacional, conectando elites empresariais de mídia a um discurso comum que mascarava interesses geopolíticos e econômicos sob a bandeira da “liberdade de imprensa”.

As elites midiáticas do Cone Sul mantiveram participação ativa na Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP/IAPA), articulando-se como representantes civis dos interesses empresariais que sustentaram golpes e ditaduras. No Brasil, Roberto

¹⁸ Para além dos documentos listados no início dos artigo também podem ser juntados: CIA Memorandum of Conversation – “Conversation with Agustín Edwards, Owner of *El Mercurio*” (18 set. 1970). Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v21/d89> / CIA Memorandum of Conversation – “Discussion of the Chilean Political Situation” (18 set. 1970). Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/document/22825-02-cia-memorandum-conversation-discussion> / FRUS 1969–1976, vol. XXI, doc. 89 — “Discussion of Chilean Political Situation”. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v21/d89> / SIP/IAPA – página oficial de ex-presidentes: “Agustín Edwards Eastman (1968–1969)”. Disponível em: <https://en.sipiapa.org/agustin-edwards-eastman-1968-1969-el-mercurio-santiago-chile-n1300142>.

Marinho (*O Globo*) e a família Frias (*Folha de S.Paulo*) integraram a entidade, alinhando seus veículos às campanhas anticomunistas promovidas também pelo IPES e pelo IBAD (Dreifuss, 1981; Invernizzi, 2005). No Chile, o caso mais emblemático foi o de Agustín Edwards Eastman, proprietário do *El Mercurio* e presidente da SIP/IAPA em 1968–1969, cuja atuação é documentada em relatórios norte-americanos e analisada por McSherry (2005), revelando a estreita ligação entre imprensa, empresariado e política externa dos Estados Unidos.

Na Argentina, tanto a família Mitre-Saguier (*La Nación*) quanto o grupo Clarín (Noble/Magnetto) participaram dos fóruns da SIP/IAPA, reproduzindo em nível continental o mesmo discurso que legitimava internamente a preparação do golpe de 1976 (Basualdo, V., 2006b; Invernizzi, 2005). Já no Uruguai, o *El País*, da família Beltrán, também integrou a rede da SIP/IAPA, difundindo a retórica da “liberdade de imprensa” ao mesmo tempo em que sustentava a ditadura instaurada em 1973, como demonstra, conforme já aventado, o informe da Comisión de Verdad y Justicia (2008). Em todos os casos, a SIP/IAPA funcionou como uma engrenagem do terrorismo empresarial midiático transnacional, unificando elites midiáticas e empresariais sob uma mesma agenda de combate ao comunismo e de legitimação simbólica da repressão.

50

Tabela 1. Articulação civil-empresarial e midiática no Cone Sul: famílias, jornais e SIP/IAPA

País	Família proprietária	Jornal	Think tanks / blocos empresariais	Participação na SIP/IAPA	Ligação família-think tank
Brasil	Marinho /	<i>O Globo</i> /	IBAD (1959–63) e IPÊS (1961–72)	Membros desde os anos 1950–60; Roberto Marinho e Folha em assembleias	SIM (apoio editorial e logístico ao IPÊS/IBAD)

Brasil	Frias	<i>Folha de S.Paulo</i>	IBAD (1959–63) e IPÊS (1961–72)	Membros desde os anos 1950–60; em assembleias	SIM (apoio editorial e logístico ao IPES/IBAD)
Chile	Edwards	<i>El Mercurio</i>	SOFOFA, greve dos caminhoneiros, Grupo do Ladrillo	Agustín Edwards presidente da SIP (1968–1969); papel central da família	SIM (Edwards financiou e articulou com a SOFOFA)
Argentina	Mitre-Saguier / Noble / Magnetto	<i>La Nación</i> / <i>Clarín</i>	UIA (Unión Industrial Argentina) e APEGE	Bartolomé Mitre em comitês da SIP; executivos de <i>Clarín</i> em assembleias (1970–80)	SIM (Mitre ligado à UIA; Clarín associado à APEGE)
Uruguai	Beltrán	<i>El País</i> (Montevideu)	Cámara de Industrias del Uruguay (CIU) e Cámara de Comercio	Membro histórico da SIP desde os anos 1940; família Beltrán como representante nacional	INDIRETA (<i>El País</i> como voz pública das câmaras empresariais)

As campanhas anticomunistas no Cone Sul não foram iniciativas espontâneas da imprensa, mas resultado da ação de empresários da comunicação articulados com

blocos empresariais e think tanks, empenhados em defender seus interesses de classe. No Brasil, *O Globo* (família Marinho) e a *Folha de S.Paulo* (família Frias) ecoaram as cartilhas do IPÊS e do IBAD, difundindo a ideia de um perigo vermelho para justificar a intervenção militar de 1964 (Dreifuss, 1981). No Chile, o *El Mercurio* de Agustín Edwards foi peça central na demonização do governo Allende, associando-o ao colapso econômico e à infiltração comunista, em consonância com a SOFOFA e com diretrizes debatidas na SIP/IAPA. Na Argentina, *La Nación* (Mitre-Saguier) e *Clarín* (Noble/Magnetto) apoiaram os lockouts patronais da UIA e da APEGE em 1975–1976, legitimando a tese de que somente os militares poderiam restaurar a ordem diante da crise (Basualdo, V., 2006a). No Uruguai, o *El País* sustentou o discurso da defesa da democracia contra o marxismo, alinhado à Cámara de Industrias e à Cámara de Comercio, ajudando a justificar o fechamento do parlamento em 1973 (Comisión de Verdad y Justicia, 2008).

Em todos os casos, a SIP/IAPA funcionou como engrenagem do terrorismo empresarial midiático, sincronizando as campanhas desses grupos e convertendo a retórica da “liberdade de imprensa” em instrumento para naturalizar a repressão e pavimentar o caminho para as ditaduras.

Ao explicar os passos da CIA para assumir o controle de um jornal Landis (1986) enumera suas características que deixam “a marca da mão do serviço secreto”. A ofensiva começa combinando sabotagem econômica, terrorismo paramilitar e operações psicológicas, sempre com respaldo de diferentes dependências da CIA. Esse método foi estudado em profundidade no Chile, a partir de *El Mercurio* (Edwards), entre 1970 e 1973, identificado como o exemplo mais acabado da intervenção direta norte-americana sobre a imprensa. Landis comparou ainda com o *Daily Gleaner* da Jamaica, em 1980, que sofreu transformação semelhante.

Uma apropriação, continua Landis, que envolve não apenas financiamento oculto, mas também a reorganização interna: jornalistas não manipuláveis são demitidos; proliferam notícias fabricadas e montagens editoriais que ignoram qualquer princípio profissional; manchetes são sistematicamente ocupadas por narrativas de violência, caos e prognósticos sombrios, que em seguida são atribuídos ao governo de turno, especialmente quando socialista. A lógica é construir um

ambiente de tensão permanente que prepara o terreno simbólico para a intervenção militar.

Outro ponto decisivo destacado por Landis é a promoção dos proprietários dos jornais à direção da SIP/IAPA, definida por ele —citando um agente da CIA— como um “reservatório de operações” para o serviço secreto. Esse mecanismo, inaugurado já nos anos 1940, inseria os donos de periódicos latino-americanos numa rede transnacional sob escrutínio direto da inteligência norte-americana.

Finalmente, Landis descreve a lógica da guerra psicológica como uma “partida de xadrez”: primeiro atacam-se ministros e aliados, por meio do ridículo, da desmoralização e do isolamento; só depois se passa ao presidente, quando o terreno já está preparado. Essa engenharia de desestabilização, ancorada em titulares manipulados, montagem fotográfica e associação deliberada entre governos progressistas e imagens de catástrofe, tornou-se, segundo Landis, a matriz do terrorismo empresarial midiático que se globalizou na era neoliberal dos anos 1990. É a partir de então que possuímos mais indícios para analisar as manchetes dos principais jornais do Cone Sul. Com as análises de Fred Landis (1982), torna-se evidente a intencionalidade dos quadros que expomos a seguir: as operações de propaganda, desinformação e fabricação de atmosferas de caos, como argumentamos desde o princípio, não eram fruto de iniciativas isoladas, mas parte de um método bem delineado de apropriação empresarial-midiática, orientado a preparar o terreno para a derrubada de governos e a legitimação da repressão. Inserindo-se na lógica do golpe estético, essas práticas midiáticas revelam como a manipulação de imagens, manchetes e discursos funcionavam como instrumento de guerra psicológica e de controle das sensibilidades sociais. Assim, as notícias publicadas por *O Globo* e *Folha de S.Paulo* no Brasil, *El Mercurio* no Chile, *Clarín* e *La Nación* na Argentina devem ser lidas à luz desse *modus operandi*, no qual cada manchete se insere como peça estratégica do terrorismo empresarial midiático, articulado a interesses de classe, think tanks nacionais e à coordenação transnacional da SIP/IAPA.

Tabela 2. Manchetes *El Mercurio*

País	Jornal	Data	Macheted	Tipo de Enquadramento
Chile	El Mercurio	11/09/1973	“Junta Militar Controla el País”	Salvacionista
Chile	El Mercurio	13/09/1973	La normalidad retorna al país	Consolidador
Chile	El Mercurio	18/09/1973	“Células Extremistas aún operan: Gobierno pide colaboración ciudadana”	Inimigo interno
Chile	El Mercurio	22/09/1973	“Colaboradores del marxismo deben ser identificados y aislados”	Terror anticomunista

Fonte: Tabela construída pela autora a partir das manchetes de El Mercurio, podem ser consultadas nos acervos – Sur DOC – periódico El Mercurio – www.surdoc.cl

Tabela 3. Manchetes O Globo Brasil

País	Jornal	Data	Manchete	Tipo de Enquadramento
Brasil	O Globo	03/04/1964	“Resurge a Democracia”	Salvacionista
Brasil	O Globo	06/04/1964	“O brasil põe suas Esperanças na coesão das forças armadas”	Consolidador

Brasil	O Globo	10/04/1964	“Chefes militares apresentam ato institucional para que país possa ser decomunizado”	Terror anticomunista
Brasil	O Globo	14/05/1964	O Brasil infestado de espiões da URSS	Inimigo interno

Tabela construída pela autora a partir das manchetes O Globo, podem ser consultadas nos acervos de história do Jornal O Globo - [https:// https://oglobo.globo.com/acervo](https://oglobo.globo.com/acervo)

Tabela 4. Manchetes Clarín Argentina

País	Jornal	Data	Manchete	Tipo de Enquadramento
Argentina	Clarín	25/03/1976	Total normalidad: Las fuerzas armadas ejercen el gobierno	Salvacionista
Argentina	Clarín	18/04/1976	“Videla: Vamos hacia un cambio en profundidad”	Consolidador
Argentina	Clarín	31/03/1976	Bloqueam fondos de ex dirigentes y ex funcionarios	Inimigo interno
Argentina	Clarín	01/04/1976	Interveniem a 12 sindicatos	Terror anticomunista

Tabela construída pela autora a partir das manchetes Clarín, podem ser consultadas nos acervos: <https://tapas.clarin.com/>

A leitura comparativa das manchetes de *O Globo* (Brasil, 1964), *El Mercurio* (Chile, 1973), *Clarín* (Argentina, 1976) evidencia um padrão recorrente de enquadramentos discursivos que se insere na lógica do golpe estético. As primeiras manchetes de caráter salvacionista surgem imediatamente após a fabricação de um clima de caos, fabricado com a finalidade de legitimar o golpe militar como a forma redentora que salva a nação do comunismo e a reconduz ao espaço da ordem, limpeza e abundância da civilização. Em sequência, emergem os títulos consolidados, que proclamam paz, estabilidade e progresso, produzindo a sensação de que a violência e o medo previamente propagandeados já foram neutralizadas. Estas manchetes apresentam a ditadura como reorganização indispensável da vida nacional, convertendo a ruptura em necessidade histórica.

O terror anticomunista reforça a disciplina social ao incutir na população a ideia de que a permanência da ditadura é condição de sobrevivência coletiva, legitimando a supressão de direitos, a destruição do sindicalismo e a perseguição sistemática a opositores. Onde, a figura do inimigo interno, ou seja, toda a população é um possível alvo, consoma a lógica repressiva: qualquer voz dissonante é transformada em ameaça à segurança nacional e, portanto, em alvo legítimo de eliminação. Esse encadeamento —caos fabricado → consolidação → justificativa → terror anticomunista → inimigo interno— revela que tais jornais não atuavam como observadores, mas como agentes ativos do terrorismo empresarial midiático, articulados a interesses de classe, a think tanks empresariais e à coordenação transnacional da SIP/IAPA, compondo a engrenagem que legitimou e sustentou os regimes de exceção no Cone Sul.

56

A modo de conclusão

Durante as ditaduras civis-militares do Cone Sul, nenhum dos grandes jornais —*O Globo*, *Folha de S.Paulo*, *El Mercurio*, *Clarín*, *La Nación* ou *El País* de Montevideu— foi juridicamente responsabilizado por sua colaboração ou legitimação dos regimes autoritários. Ainda que as evidências de conluio com o poder estatal e de participação em campanhas de desinformação tenham sido amplamente documentadas por

investigações acadêmicas, relatórios de direitos humanos e arquivos desclassificados dos Estados Unidos, tais práticas não resultaram em condenações penais ou civis. Nos casos mais notórios, como o financiamento da CIA ao *El Mercurio* revelado pelo *Church Committee* e pelo *Foreign Relations of the United States*, ou a denúncia de apropriação irregular da empresa *Papel Prensa* pela *Clarín* e *La Nación* durante a ditadura argentina, os processos instaurados não avançaram além das instâncias investigativas, sendo arquivados sem punições.

A ausência de responsabilização judicial revela o predomínio da impunidade estrutural que caracterizou as transições democráticas na região, nas quais o papel das elites civis e midiáticas foi politicamente relativizado e juridicamente ignorado. Comissões da verdade, como a *CONADEP* na Argentina, a *Comisión Rettig* no Chile e a *Comisión para la Paz* no Uruguai, reconheceram a participação ativa de grupos empresariais e de comunicação na sustentação simbólica e econômica do terrorismo de Estado. Contudo, essas constatações permaneceram no plano da memória e da historiografia crítica, sem desdobramentos legais efetivos. Assim, a imprensa empresarial do Cone Sul —longe de ser apenas testemunha dos acontecimentos— consolidou-se como agente histórico central na fabricação do consenso autoritário, mas jamais enfrentou a justiça por sua cumplicidade documentada.

A impunidade dos grandes meios de comunicação durante e após os regimes autoritários do Cone Sul não deve ser entendida como mero déficit simbólico ou omissão judicial. Sob o manto da “liberdade de expressão” este termo —o qual hoje acabou por se tornar quase uma categoria ideológica mobilizadora— concedeu passe livre para a falsa notícia, para a notícia tortuosa e inescrupulosa. E é límpido de que se trata de uma engrenagem funcional da ordem capitalista, na qual os conglomerados midiáticos —enquanto frações orgânicas do capital— operam sob proteção ativa de redes empresariais, jurídicas e políticas. Essa impunidade expressa uma racionalidade econômica: preservar os atores estratégicos da produção simbólica que foram fundamentais para viabilizar as reformas neoliberais, a repressão das lutas sociais e a naturalização da violência de Estado. Se trata, portanto, de uma política de classe —cuja funcionalidade reside justamente na permanência dos veículos como braços ideológicos do capital.

Referências

Agee, P. (1977): *The CIA and the Press*. New York, Ocean Press.

Basualdo, E. (2006): *Estudios de historia económica argentina: Desde mediados del siglo XX a la actualidad*. Buenos Aires, Siglo XXI.

Basualdo, V. (2006a): *Concentración y centralización del capital en la Argentina durante la dictadura militar (1976-1983)*. Buenos Aires, CLACSO.

Basualdo, V. (2006b): “Complicidad patronal-militar en la última dictadura argentina: Los casos de Acindar, Astarsa, Dálmide Siderca, Ford, Ledesma y Mercedes Benz”, *Revista Engranajes*, Suplemento Especial, pp. 1-27. Disponible en: <https://periferiaactiva.files.wordpress.com/2016/10/basulado-2006.pdf>

Basualdo, V., P. Barragán y F. Rodríguez (2010): “La clase trabajadora durante la última dictadura militar argentina (1976–1983)”, *Memoria en las aulas*, 13, pp. 1-44.

Calveiro, P. (1998): *Poder y desaparición*. Buenos Aires, Colihue.

Cañón, P. (2018): *Terrorismo de Estado y poder en la Argentina (1955–1983): Hegemonía y coerción en la reconfiguración del Estado capitalista dependiente*. Buenos Aires, CLACSO.

Carothers, T. (1999): *Aiding Democracy Abroad: The Learning Curve*. Washington, DC, Carnegie Endowment for International Peace.

Chasin, J. (1994): *A via colonial e a autocracia burguesa*. São Paulo, Ensaio.

Dreifuss, R. A. (1981): 1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Vozes.

Figueroa, C. (1991): *El recurso del miedo: Estado y terror en Guatemala*. Caracas, Nueva Sociedad.

Gago, V. (2014): *La razón neoliberal: Economías barrocas y pragmática popular*. Buenos Aires, Tinta Limón/CLACSO.

Gargurevich, J. (1981): *La prensa sensacionalista en el Perú*. Lima, Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo (DESCO).

Invernizzi, H. (2005): *La SIP y la lucha anticomunista en América Latina*. Buenos Aires, CLACSO.

Landis, F. (1982): “CIA media operations in Chile, Jamaica and Nicaragua”, *Covert Action Information Bulletin*, 16, pp. 32-43.

Lukács, G. (2012): *Para uma ontologia do ser social (Tomo II)*. São Paulo, Boitempo.

Lukács, G. (1981): *Estética*. 2 vols. Barcelona, Grijalbo.

McSherry, J. P. (2005): *Predatory States: Operation Condor and Covert War in Latin America*. Lanham, Rowman & Littlefield.

O'Donnell, G. (1973): *Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism: studies in South American politics*. Berkeley, CA, Institute of International Studies, University of California.

O'Donnell, G. (1990): *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Robinson, W. (1996): *Promoting Polyarchy: Globalization, US Intervention, and Hegemony*. Cambridge, Cambridge University Press.

Ron, Y. (2008): *Los amos de la SIP*. Caracas, República Bolivariana de Venezuela.

Selser, G. (1987): *Breve historia de la SIP*. México, Editorial Diógenes.

Silva, E. G. (2008): *A Rede da Democracia: a articulação da grande imprensa e do empresariado no combate às reformas de base (1961–1964)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Steinsleger, J. (2006): *La SIP: La mafia de la prensa hemisférica*. México, La Jornada.

Stonor, F. (1999): *The Cultural Cold War: The CIA and the World of Arts and Letters*. New York, The New Press.

Vieira, V. (2025): A Cia Docas/CODESP (1965–1985) contra trabalhadores sob a suspensão de direitos (1964-1985), *Projeto História*, 82, pp. 458-484.

Sites e Documentos

Brasil. Câmara dos Deputados. (1963). *Relatório final da CPI do IBAD e do IPÊS*.

Brasília: Câmara dos Deputados. Recuperado de
<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/a/d/b/adbb62151c303350b0805277b2fba85ad68f3e80a4ca2322411c7bc8fcef2440/2179cccf-f8a4-4dd1-85e2-effea220d6f6-VOL15.pdf>

CAAF/UNIFESP – Centro de Antropologia e Arqueologia Forense. (2023). *Projeto “Ditadura e Empresas”: Folha de S.Paulo e o regime militar*. Recuperado de
<https://www.ditadura-empresas-dh.com/blank-3/>

Central Intelligence Agency (CIA). (1971). *CIA support for El Mercurio*. Washington, DC: CIA. Recuperado de <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp85t00875r001100150001-7>

Central Intelligence Agency (CIA). (1972, 18 setembro). *Covert Action in Chile: 1963–1973 [Cable approving El Mercurio funding]*. Langley, VA: CIA. Recuperado de
<https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85T00757R000100010005-1.pdf>

Central Intelligence Agency (CIA). (1954, 11 maio). Telegram from the CIA Station in [place not declassified] to Operation PBSUCCESS Headquarters in Florida. In *Foreign Relations of the United States, 1952–1954, Guatemala*. Washington, DC: U.S. Government Printing Office. Recuperado de
<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1952-54Guat/d145>

Comisión de la Verdad y Justicia (Uruguai). (2019). *Informe final de la Comisión de la Verdad y Justicia*. Montevideo: Presidencia de la República. Recuperado de
<https://sitiosdememoria.uy/sites/default/files/2025-06/29/derechos-humanos-en-el-uruguay-2019.pdf>

Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP). (1984). *Nunca más*. Buenos Aires: EUDEBA. Recuperado de
<https://www.derechoshumanos.net/lesahumanidad/informes/argentina/informe-de-la-CONADEP-Nunca-mas.htm>

Nixon, R. (1969, 31 outubro). Remarks at the Annual Meeting of the Inter American Press Association, Santa Monica. *The American Presidency Project*. Recuperado de

<https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-the-annual-meeting-the-inter-american-press-association>

Senate Select Committee to Study Governmental Operations (Church Committee). (1975). *Covert Action in Chile, 1963–1973: Staff Report of the Select Committee*. Washington, DC: U.S. Government Printing Office. Recuperado de https://www.intelligence.senate.gov/sites/default/files/94755_ii.pdf

Sociedad Interamericana de Prensa (SIP/IAPA) (1969) *Manual Editorial*. Caracas: Congreso da SIP.

United States Department of State. (1996). *Foreign Relations of the United States, 1961–1963, Volume XII: American Republics*. Washington, DC: U.S. Government Printing Office. Recuperado de <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12>

United States Department of State. (2000). *Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume XXI: Chile*. Washington, DC: U.S. Government Printing Office. Recuperado de <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v21>

United States Department of State. (2009). *Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume XXI: Chile, 1969–1973*. Washington, DC: U.S. Government Printing Office. Recuperado de <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v21>

United States Department of State. (2015). *Foreign Relations of the United States, 1977–1980, Volume XXIV: South America; Latin America Region*. Washington, DC: U.S. Government Printing Office. Recuperado de <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1977-80v24>

United States Department of State. (2015). *Document 75: Memorandum of Conversation between Agustín Edwards, Richard Helms, and Henry Kissinger, Washington, September 15, 1970 (FRUS 1969–1976, Vol. XXI)*. Washington, DC. Recuperado de <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp85t00757r000100010005-1>

United States Senate. (1975). *Covert action in Chile, 1963–1973 (Book VII)*. Washington, DC: U.S. Government Printing Office. Recuperado de <https://www.intelligence.senate.gov/resources/church-committee>

Arquivo digital – SurDOC / El Mercurio (Chile). (s.d.). *Portal do acervo*. Recuperado de <http://www.surdoc.cl/>

Arquivo digital – O Globo (Brasil). (s.d.). *Acervo digital*. Recuperado de

<https://oglobo.globo.com/acervo>

Arquivo digital – Tapas Clarín (Argentina). (s.d.). *Hemeroteca digital*. Recuperado de <https://tapas.clarin.com/>

Comisión para la Paz (Uruguai). (2003). *Informe*. Presidencia de la República Oriental del Uruguay. Recuperado de <https://sitiosdememoria.uy/recurso/1274>

Ford Foundation. (1999–). *Página institucional*. Recuperado de <https://www.fordfoundation.org>

Freedom House. (1941–). *Página institucional*. Recuperado de <https://freedomhouse.org/>

History.State.Gov (U.S. Department of State – FRUS). (s.d.). *Portal FRUS*. Recuperado de <https://history.state.gov/>

National Endowment for Democracy (NED). (1983–). *Página institucional*. Recuperado de <https://www.ned.org/>

National Security Archive (GWU). (s.d.). *Portal e coleções*. Recuperado de <https://nsarchive.gwu.edu>

National Security Archive. (s.d.). *Dossiê Operação Condor (NSAEBB239b)*. Recuperado de <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB239b/index.htm>

SIPIAPA. (s.d.). *Ex-presidentes: Agustín Edwards Eastman (1968–1969)*. Recuperado de <https://en.sipiapa.org/agustin-edwards-eastman-1968-1969-el-mercurio-santiago-chile-n1300142>

U.S. Senate. (s.d.). *Church Committee (repositório)*. Recuperado de <https://www.intelligence.senate.gov/resources/church-committee>

Fecha de recepción: 9 de septiembre de 2025

Fecha de aceptación: 26 de octubre de 2025